



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

Concurso Público



Universidade de Brasília



Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

NÍVEL SUPERIOR

CARGO 4

ANALISTA DE TRÂNSITO
ÁREA: DIREITO E LEGISLAÇÃO

CADERNO **D**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno — Caderno D — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e na capa e no rodapé de cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional.
- 2 Quando autorizado pelo aplicador, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A natureza oferece um caminho diferente a cada um.

- 3 Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou haja divergência quanto ao tipo de caderno, quanto ao número ou nome do cargo, registrados na **folha de respostas**, na **folha de texto definitivo da prova discursiva** e na capa e rodapé de cada página numerada deste caderno, solicite ao aplicador mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do aplicador.
- 7 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **folha de respostas** e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a **folha de texto definitivo**.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Ao terminar as provas, chame o aplicador mais próximo, devolva-lhe a sua **folha de respostas** e a sua **folha de texto definitivo da prova discursiva** e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na **folha de respostas** ou na **folha de texto definitivo da prova discursiva** poderá implicar a anulação das suas provas.

.....
AGENDA (datas prováveis)

- I **10/3/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **11 a 13/3/2009** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **3/4/2009** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) e Internet.
- IV **4 a 6/4/2009** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **27/4/2009** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a avaliação de títulos: DODF e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 14 do Edital n.º 1 – SEPLAG/DETRAN, de 14/11/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A qualidade do ambiente urbano torna-se, cada vez
mais, uma destacada fonte de cobrança da população sobre
seus governantes. Repleta de problemas nessa área, a cidade
4 de São Paulo experimenta, nos últimos anos, uma notável
mudança de comportamento das autoridades municipais, que
passam a incorporar o tema em suas prioridades de gestão.

7 Depois de ter implementado uma reforma nos
passeios públicos da avenida Paulista, a prefeitura, agora,
promove uma *blitz* com o fito de acabar com as diversas
10 formas de invasão da calçada naquela via. Rampas de
garagem, escadarias e jardins se apropriam, sem mais, de um
espaço reservado ao pedestre.

13 Construções e usos de interesse particular
desrespeitam sistematicamente os códigos de obra e as leis
de ocupação do solo. Invadem o espaço público, e o
16 resultado é uma cidade de edificação monstruosa e hostil ao
transeunte.

É preciso, portanto, que o espírito da *blitz* na
19 avenida Paulista seja estendido para toda a cidade. O DNA
Paulistano, série de pesquisas realizadas, no ano passado,
pelo Datafolha, revelou fatias surpreendentemente elevadas
22 de pessoas que, nas diversas regiões da cidade, costumam
caminhar até o trabalho.

No Bom Retiro, por exemplo, 64% dos moradores
25 vão a pé de casa até o emprego. Mas basta percorrer essa e
outras áreas do centro — onde, compreensivelmente, mais se
caminha — para notar o estado precário das calçadas e as
28 constantes irregularidades.

O transtorno que esse problema representa no
cotidiano dos cidadãos — que se torna dramático no caso de
31 idosos e deficientes físicos — requer uma resposta
abrangente e firme da prefeitura.

Folha de S.Paulo. Editorial, 8/1/2009 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 O emprego do pronome “se” (ℓ.1) indica que a oração em que o verbo está inserido tem sujeito indeterminado.
- 2 A expressão “nessa área” (ℓ.3) é um elemento de coesão textual que retoma o antecedente “qualidade do ambiente urbano” (ℓ.1).
- 3 O emprego de vírgula após “autoridades municipais” (ℓ.5) justifica-se porque antecede oração subordinada adjetiva explicativa.
- 4 No processo de coesão textual, a expressão “naquela via” (ℓ.10) funciona como elemento coesivo que retoma o antecedente “passeios públicos” (ℓ.8).
- 5 A forma verbal “Invadem” (ℓ.15) está no plural porque concorda com “códigos de obra” (ℓ.14).
- 6 A palavra “portanto” (ℓ.18) estabelece relação de condição entre segmentos do texto.
- 7 Na linha 22, as vírgulas após as palavras “que” e “cidade” foram empregadas para se isolar adjunto adverbial de lugar deslocado.
- 8 A substituição de travessões por vírgulas, nas linhas 26 e 27, manteria a correção gramatical do período e suas informações originais.

1 Com um alto grau de urbanização, o Brasil já
apresenta cerca de 80% da população nas cidades, mas,
como advertem estudiosos do assunto, o país ainda tem
4 muito a aprender sobre crescimento e planejamento urbanos.
Os problemas decorrentes dessa falta de experiência estão
cada vez mais presentes, e a maioria deles é facilmente
7 detectável, do trânsito caótico à poluição sonora ou do ar. A
propósito da poluição do ar, sabendo-se que ela afeta não
apenas quem o respira, não chegam a surpreender
10 descobertas e constatações recentes.

A poluição do ar aumenta em 50% o risco de morte
de recém-nascidos em cidades como São Paulo, conforme
13 análise dos dados de 214 mil crianças nascidas na capital
paulista.

A exposição das gestantes à poluição, em especial
16 nos três primeiros meses de gestação, leva à diminuição do
peso dos bebês ao nascer, um dos principais determinantes
da saúde infantil. As consequências mais imediatas — e
19 moderadas — de encher os pulmões todos os dias com o ar
das metrópoles são logo sentidas: entupimento das vias
aéreas, mal-estar, crises de asma, irritação dos olhos. Há,
22 porém, outras mais graves, que se instalam lentamente no
organismo, como o aumento da pressão arterial e a
ocorrência de paradas cardíacas. Estas podem passar
25 despercebidas, já que nem sempre apresentam uma relação
tão clara e direta com o fator ambiental. De imediato, existe
o alerta: onde morar em metrópoles? É melhor optar por uma
casa ou um apartamento o mais distante possível — a dois
28 quarteirões, no mínimo — das ruas e avenidas mais
movimentadas. Os poluentes emitidos pelo motor de
31 automóveis, ônibus e caminhões geralmente se espalham por
um raio de até 150 metros a partir do ponto em que são
lançados e transformam as grandes avenidas em imensas
34 chaminés que despejam sobre a cidade toneladas de
partículas e gases tóxicos. O poluente associado à maior
probabilidade de morte dos fetos é o monóxido de carbono
37 (CO), um gás sem cor nem cheiro que resulta da queima
incompleta dos combustíveis. Como se vê, a qualidade do ar
é questão que merece atenção urgente dos administradores
40 públicos.

Gazeta do Povo (PR), 8/1/2009 (com adaptações).

Com base no texto apresentado, julgue os itens de 9 a 21.

- 9 A preposição “Com”, que inicia o texto, confere ao período a noção de oposição.
- 10 A substituição de “cerca de” (ℓ.2) por **acerca de** manteria a correção gramatical do período.
- 11 Em “muito a aprender” (ℓ.4), “a” é preposição.
- 12 Em “quem o respira” (ℓ.9), “o” é pronome que exerce a função coesiva de retomar o termo nominal antecedente “ar” (ℓ.8).
- 13 Na linha 15, o emprego de sinal indicativo de crase em “à poluição” deve-se à regência da palavra “exposição”, que exige preposição, e à presença de artigo definido feminino no singular.
- 14 O emprego de dois-pontos após “sentidas” (ℓ.20) é necessário porque o segmento de texto que imediatamente segue esse sinal de pontuação é uma citação.

- 15 Na linha 21, as vírgulas utilizadas no interior do período que termina na palavra “olhos” têm a função de separar elementos de mesma função gramatical componentes de uma enumeração.
- 16 A locução “já que” (ℓ.25) estabelece uma relação de comparação no período.
- 17 A forma verbal “apresentam” (ℓ.25) está flexionada no plural porque se refere aos elementos da cadeia coesiva formada por “consequências” (ℓ.18), “outras mais graves” (ℓ.22) e “Estas” (ℓ.24).
- 18 Manteria a correção gramatical e o sentido do texto a inserção de **há dois quarteirões** no lugar de “a dois quarteirões” (ℓ.28-29).
- 19 A substituição de “em que” (ℓ.32) por **ao qual** mantém a correção gramatical do período e a informação original do período.
- 20 A oração “que despejam sobre a cidade toneladas de partículas e gases tóxicos” (ℓ.34-35) restringe o sentido da palavra “chaminés” (ℓ.34).
- 21 O trecho “um gás sem cor nem cheiro que resulta da queima incompleta dos combustíveis” (ℓ.37-38) exerce a função de aposto.

- 26 A forma verbal “elaborou” (ℓ.11) está no singular porque concorda com o núcleo do sujeito da oração: “número” (ℓ.10).
- 27 A preposição em “de que o desenvolvimento” (ℓ.18-19) é exigida pela regência da palavra “crença” (ℓ.16).
- 28 A palavra “crucial” (ℓ.19) está sendo empregada com o sentido de **árduo, difícil**.
- 29 A forma verbal “Acreditavam” (ℓ.20) está no plural porque concorda com “esses pioneiros” (ℓ.15).
- 30 Prejudicaria a correção gramatical do período a substituição de “ao”, em “ao permitir” (ℓ.22-23), pela preposição **por**.

Texto para os itens de 31 a 39

Considere que Juarez Alencar Cabral, candidato ao cargo de Analista de Trânsito do DETRAN/DF, desejando dedicar-se integralmente ao estudo dos conteúdos que seriam exigidos nas provas do respectivo concurso, tenha redigido, em tom gracioso, a seguinte carta para sua noiva.

BSB, 8/3/2009.

Excelentíssima Senhorita:

- O abaixo-assinado, aluno compulsivo de cursos preparatórios para concursos públicos, dotado da esperança férrea de se tornar brevemente um eminente funcionário público, vem, mui respeitosamente, por meio desta informar a Vossa Senhoria que se inscreveu para o provimento de vaga no cargo de Analista de Trânsito do DETRAN/DF, e, por esse relevante motivo, suspende por tempo indeterminado o noivado que mantém com a Excelentíssima Senhorita, para se dedicar integralmente ao estudo das matérias constantes do respectivo edital.
- Aproveito o ensejo para manifestar-lhe também, outrossim, a intenção de retomar, tão logo seja aprovado, minhas funções de noivo junto a Vossa Excelentíssima, haja visto o grande amor que te devoto.
- Reitero protestos de estima e consideração.

J.A.Cabral
JUAREZ ALENCAR CABRAL

Com relação à carta apresentada na situação hipotética acima e com base no que dispõe o Manual de Redação da Presidência da República acerca de comunicações oficiais, julgue os itens a seguir.

- 31 A forma de identificação do signatário da carta coincide com a recomendada para as comunicações oficiais, que deve conter os seguintes elementos: a assinatura do remetente, a linha contínua para se apor a assinatura, o nome da autoridade que expede a comunicação grafado em maiúsculas e o alinhamento centralizado.
- 32 O fecho que consta na carta — empregado durante muito tempo em expedientes oficiais de variada natureza — é permitido, atualmente, somente em mensagens cujo signatário seja servidor que se dirija a ocupante de cargo imediatamente superior.
- 33 A variedade de tratamento verificada na carta, tanto no emprego de pronomes pessoais quanto no de pronomes de tratamento, não deve ocorrer em documentos oficiais, pois compromete a modalidade de linguagem que deve ser empregada em redação oficial.

1 Nos quase 500 anos que durou o processo de plena ocupação e integração do espaço nacional, foi apresentada sempre a construção de uma rede unificada de transportes como a única forma de assegurar a integridade do território. 4 Todavia, foi somente após a Independência que começou a se manifestar explicitamente, no Brasil, a preocupação com o isolamento das regiões do país como um obstáculo ao desenvolvimento econômico. Durante os governos do Império (1822-1889), e de igual forma após a proclamação 7 da República, significativo número de brilhantes engenheiros brasileiros elaborou planos detalhados e ambiciosos de transportes para o Brasil. Tendo como principal propósito a 10 interligação das distantes e isoladas províncias com vistas à constituição de uma nação-Estado verdadeiramente unificada, esses pioneiros da promoção dos transportes no 13 país explicitavam firmemente a sua crença de que o crescimento era enormemente inibido pela ausência de um sistema nacional de comunicações e de que o 16 desenvolvimento dos transportes constituía um fator crucial para o alargamento da base econômica do país. Acreditavam, também, que a existência de meios de comunicação viria 19 promover mudanças estruturais na economia brasileira, ao permitir o povoamento das áreas de baixa densidade demográfica e, sobretudo, por possibilitar a descoberta e o 22 desenvolvimento de novos recursos que jaziam ocultos no vasto e inexplorado interior da nação. 25

Olimpio J. de Arroxelas Galvão. In: Internet: <www.ipea.gov.br> (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens de 22 a 30.

- 22 A expressão “que durou” (ℓ.1) indica que o processo de ocupação e integração do espaço nacional está sendo considerado como completo.
- 23 A substituição da locução verbal “foi apresentada” (ℓ.2) por **apresentou-se** prejudica a correção gramatical do período.
- 24 O termo “Todavia” (ℓ.5) estabelece uma relação de causa entre as ideias expressas no primeiro e no segundo períodos do texto.
- 25 Em “se manifestar” (ℓ.6), o “se” indica sujeito indeterminado.

- 34 A carta, apesar de escrita em tom jocoso, segue a norma de numeração que deve ser aplicada aos parágrafos contidos no **texto** do padrão ofício, princípio que tem o objetivo de facilitar a alusão a qualquer informação do documento.
- 35 Caso se tratasse de ofício expedido em repartição pública, a carta teria de sofrer várias alterações. Uma delas é a necessidade de fazer constar, à margem esquerda superior, o tipo e o número do expediente, seguidos da sigla do órgão que o expede.
- 36 A indicação de “local e data” da carta está em conformidade com as normas do padrão ofício expostas no Manual de Redação da Presidência da República.

Em relação a expressões e palavras empregadas na carta, julgue os itens seguintes.

- 37 No segundo parágrafo, seria adequado substituir “haja visto” por qualquer uma das seguintes expressões: **dado, tendo em vista, haja vista**.
- 38 No segundo parágrafo, o advérbio “outrossim”, frequente em expedientes oficiais, está empregado de forma redundante por estar antecedido do advérbio “também”.
- 39 A expressão “vem (...) por meio desta”, utilizada no primeiro parágrafo, apesar de ser considerada redundante em comunicações oficiais, tem seu emprego recomendado quando se quer assegurar o entendimento correto do texto.

Julgue os itens que se seguem quanto ao emprego da norma escrita formal em comunicações oficiais.

- 40 Ambas as construções serão tidas como corretas, se figurarem em um expediente oficial: 1. Esses são os recursos de que o Estado dispõe. 2. O Governo insiste que a negociação é importante.
- 41 Considerando-se que a mesóclise é desaconselhável em expedientes oficiais, é preferível iniciar período com a construção “Lhe enviaremos mais informações oportunamente” a iniciá-lo com a construção “Enviar-lhe-emos mais informações oportunamente”.
- 42 Foram empregadas com correção semântica todas as palavras sublinhadas nos seguintes períodos: Optou-se por uma dissensão lenta e gradual ao se reintroduzir o país ao Estado de Direito. Tratar o público com distinção é obrigação de todo atendente de repartição pública. A discussão do projeto de lei tornou-se acirrada quando afloraram as distensões nas hostes oposicionistas.
- 43 Na elaboração de texto oficial, como norma geral, deve ser evitada a repetição de palavras, buscando-se sinônimo ou termo mais preciso para substituir a palavra repetida. No entanto, se a substituição comprometer a inteligibilidade e a coesão do texto, recomenda-se manter a repetição.
- 44 Estão corretamente empregados os homônimos destacados em negrito no seguinte período: A administração de um medicamento raramente **prescrito** no Brasil acabou de ser **proscrita** nos EUA.

A respeito da redação de expediente, julgue os próximos itens.

- 45 Em ofício dirigido a uma senadora e cujo signatário seja um diretor de um órgão público, deverão ser empregados o vocativo “Senhora Senadora,” e o pronome de tratamento “Vossa Excelência”, devendo estar flexionados no feminino os adjetivos que se refiram à destinatária, como se verifica no seguinte enunciado: “Vossa Excelência ficará satisfeita ao saber que foi indicada para presidir a sessão.”
- 46 O envio de documentos, quando urgente, pode ser antecipado por *fax* ou por correio eletrônico, sendo recomendados o preenchimento de formulário apropriado (folha de rosto), no caso do *fax*, e a certificação digital, no caso do *e-mail*.
- 47 No caso de relatório que requeira providências a serem tomadas, um dos fechos recomendados é o seguinte: Esperando que o relatório expresse fielmente os fatos, pede deferimento.

Considere que um servidor do DETRAN/DF tenha redigido um documento oficial para convidar um embaixador a proferir palestra no órgão e que o trecho abaixo componha tal documento.

Memo n.º 6/DIR

Em 8 de março de 2009.

Excelentíssimo Senhor MARK JERTRUTZ,

Convido Vossa Excelência para proferir palestra na sede do DETRAN/DF sobre as medidas tomadas em vosso país para melhorar as condições de trânsito nas grandes cidades.

Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 48 Foi adequada a escolha da forma memorando, visto que o convite, geralmente, constitui uma comunicação curta.
- 49 Atende às normas de elaboração do memorando o emprego do vocativo com o nome do embaixador.
- 50 Atende à prescrição gramatical o emprego do pronome possessivo “vosso” no corpo do texto, dado que o tratamento empregado foi Vossa Excelência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do direito constitucional brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 51 O poder de modificar o texto originário da Constituição advém do exercício do poder constituinte reformador e do revisor, os quais podem ser manifestados a qualquer tempo, mediante o voto de três quintos de cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação.
- 52 A norma constitucional que estabelece que as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado, tem aplicação imediata.
- 53 Constituem atos normativos, passíveis de controle de constitucionalidade pelo sistema concentrado, as leis, as resoluções administrativas dos tribunais, as súmulas de jurisprudência, as emendas constitucionais e as medidas provisórias.
- 54 O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é competente para processar e julgar, originariamente, um comandante da marinha que tenha praticado crime de homicídio.
- 55 Competem, a uma comissão mista permanente de senadores e deputados, o exame e a emissão de parecer sobre os projetos relativos às diretrizes orçamentárias.

Acerca do direito administrativo, em cada um dos itens seguintes é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 56 Após regular processo administrativo, Paulo, servidor público, foi condenado a ressarcir a quantia de R\$ 45.000,00 aos cofres públicos. Ocorre que, em razão do surgimento de fatos novos suscetíveis de justificar a sanção aplicada, a administração pública decidiu rever de ofício o processo administrativo. Nessa situação, a revisão do processo administrativo não poderá resultar no agravamento da sanção aplicada a Paulo.
- 57 Pedro, servidor público de carreira, foi submetido a processo administrativo disciplinar e, posteriormente, absolvido. Nesse caso, é ilícito o recebimento de denúncia contra Pedro com base nas mesmas provas já apreciadas no procedimento administrativo disciplinar, uma vez que a absolvição do servidor impede a apuração dos mesmos fatos em processo criminal.
- 58 Ana é servidora pública lotada no Ministério da Fazenda e, após ter preenchido os requisitos legais para se aposentar, requereu sua aposentadoria, que foi deferida. Nesse caso, a concessão da aposentadoria a Ana é hipótese de ato administrativo irrevogável.
- 59 O governo do Distrito Federal (DF) contratou, sem licitação, renomada cantora de música gospel, consagrada pela opinião pública, para cantar no aniversário da cidade de Brasília. Nessa situação, trata-se de hipótese de dispensa de licitação.
- 60 Uma empresa pública, prestadora de serviços públicos de energia elétrica, necessita instituir servidão administrativa em imóvel situado no estado do Mato Grosso. Nessa situação, a empresa pública indenizará o particular apenas se for comprovada a ocorrência de danos ou prejuízos a este.

Quanto ao direito tributário nacional, cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 61 Um município do estado do Goiás editou lei estabelecendo alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis, que variam de 2% a 6%, com base no valor de mercado dos imóveis. Nesse caso, a lei municipal contraria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).
- 62 A União efetuou a cobrança do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) sobre imóvel localizado nas adjacências do DF que, por sua vez, efetuou a cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), por entender que o imóvel está localizado na zona urbana do DF. Nesse caso, essa é uma hipótese da ocorrência do *bis in idem*.
- 63 Em cumprimento a programa de obras do governo do DF, foi feito o recapeamento de vias públicas já asfaltadas, em várias cidades satélites do DF. Nessa situação, os cidadãos beneficiados com a obra pública estarão sujeitos ao pagamento de contribuição de melhoria.
- 64 Jonas adquiriu um imóvel em hasta pública por R\$ 100.000,00, para cobrir dívidas de João, antigo proprietário, no valor de R\$ 99.000,00. Ocorre que havia, ainda, dívida de IPTU no importe de R\$ 2.000,00. Nesse caso, Jonas será pessoalmente responsável pelo pagamento da diferença do IPTU, no valor de R\$ 1.000,00.

Ainda acerca do direito tributário, julgue o item abaixo.

- 65 O código tributário nacional reputa créditos tributários extraconcursais decorrentes de fatos geradores ocorridos antes do processo judicial falimentar.

Acerca dos direitos do consumidor, julgue os itens seguintes.

- 66 O consumidor tem direito à modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou à revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas, não sendo exigíveis os requisitos da imprevisibilidade e da excepcionalidade.
- 67 Segundo a jurisprudência do STJ, a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica incide com a mera prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
- 68 Considere que Antônio, advogado, firmara com seu cliente, Joaquim, contrato de prestação de serviços advocatícios em que restou estabelecida cláusula prevendo que os honorários advocatícios seriam devidos independentemente do ajuizamento da ação. Nesse caso, a cláusula contratual inserida por Antônio é abusiva, em conformidade com o código de defesa do consumidor.
- 69 Considere que Tânia, que trabalha em uma entidade de cadastro de devedores inadimplentes, tenha impedido que Manoel tivesse acesso às informações que sobre ele constavam do referido cadastro. Nesse caso, Tânia praticou crime contra as relações de consumo, devendo incidir circunstância agravante, se Manoel for pessoa portadora de deficiência mental.
- 70 Segundo a disciplina normativa do código de defesa do consumidor, reputam-se direitos difusos os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

Acerca da extinção da punibilidade e dos efeitos civis da sentença penal, julgue os itens a seguir.

- 71 A prescrição da pretensão punitiva do Estado extingue a punibilidade do agente e impede a propositura de ação civil reparatória dos danos causados pela conduta criminosa.
- 72 A sentença penal absolutória impede a ação civil reparatória quando reconhece que o fato imputado não constitui crime ou que não existe prova suficiente para a condenação.
- 73 O perdão do ofendido extingue a punibilidade do agente nos crimes de ação penal privada, ainda que concedido após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- 74 A lei penal que deixa de considerar determinado fato como criminoso retroage e extingue a punibilidade do agente, mas permanecem os efeitos civis.

João atropelou Pedro. O pai de João, que estava no banco do carona, ao seu lado, no intuito de eximi-lo da responsabilidade criminal e civil, alterou a posição da vítima e do carro antes de a perícia chegar ao local.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 75 A conduta de João poderá ser considerada dolosa, caso fique demonstrado que assumiu o risco de produzir o resultado, ou culposa, caso tenha agido com imprudência, negligência ou imperícia.
- 76 O pai de João praticou o crime de favorecimento pessoal, na medida em que modificou, de maneira tendenciosa, o lugar do crime, no intuito de induzir o perito em erro para favorecer o filho.
- 77 Caso assumisse a autoria do atropelamento, o pai de João cometeria denúncia caluniosa, crime de ação penal pública condicionada a representação, por dar causa à instauração de investigação policial sabendo-se inocente.

Acerca do direito penal, julgue os itens que se seguem.

- 78 O Estado é a única fonte de produção do direito penal, já que compete privativamente à União legislar sobre normas gerais em matéria penal.
- 79 A lei penal admite interpretação analógica, recurso que permite a ampliação do conteúdo da lei penal, através da indicação de fórmula genérica pelo legislador.
- 80 O princípio da legalidade veda o uso da analogia *in malam partem*, e a criação de crimes e penas pelos costumes.

A respeito do direito civil, julgue os seguintes itens.

- 81 A omissão do Estado em debelar um incêndio poderá ser a condição da ocorrência do dano, mas causa não será e, assim, a responsabilidade do respectivo ente público quanto à reparação do dano será subjetiva.
- 82 A prescrição extintiva atinge o direito subjetivo do lesado, mas preserva a ação em sentido material.
- 83 Se a decadência for a convencional, a parte a quem aproveita poderá alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não poderá suprir a alegação.
- 84 A responsabilidade civil em casos excepcionais pode existir sem a relação de causalidade entre o dano e o respectivo evento danoso.
- 85 Os bens públicos dominicais são alienáveis, uma vez que não há qualquer afetação deles a uma finalidade pública específica.

A respeito do direito processual civil, julgue os seguintes itens.

- 86 O direito de ação é exercido contra o Estado-juiz e não contra quem, na perspectiva de quem o exercita, lesiona ou ameaça direito seu.
- 87 A capacidade postulatória corresponde à capacidade de ter direitos e obrigações na ordem civil, isto é, ser considerado titular de uma relação jurídica a ser levada ao Estado-juiz por meio de um processo.
- 88 Dá-se a substituição processual quando o terceiro defende em juízo direito alheio em nome alheio.
- 89 Na execução lastreada em título executivo judicial, a fazenda pública será citada para pagamento do débito em quinze dias, sob pena de incidência de multa de 10% sobre o total devido.
- 90 Não faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial decidida incidentalmente no processo.

No tocante à legislação e jurisprudência aplicada ao direito do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 91 Para a configuração do contrato individual de trabalho, segundo a legislação vigente, tem-se como requisitos para a relação de emprego: a onerosidade, a pessoalidade, a não eventualidade, a exclusividade e a subordinação jurídica.
- 92 Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda a seis horas, é obrigatória a concessão de intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de uma hora. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso.
- 93 Conforme jurisprudência pacífica do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a estabilidade provisória do cipeiro não constitui vantagem pessoal, mas garantia para as atividades dos membros da CIPA, que somente tem razão de ser quando em atividade a empresa. Extinto o estabelecimento, torna-se indevida a indenização do período estável.
- 94 No que tange ao trabalho temporário, o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, pode implicar a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações. No entanto, a responsabilidade no pagamento por eventual diferença salarial não ocorrerá quando o contratante for órgão da administração pública direta, indireta, empresa pública ou sociedade de economia mista, uma vez que ao empregado temporário não é garantida remuneração equivalente à percebida pelos empregados da mesma categoria das referidas tomadoras.
- 95 Segundo entendimento atual sumulado do TST, a contratação de servidor público, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice na Constituição Federal (CF) e confere ao referido contratado somente direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS. Assim, em tais casos restam devidos a referidos servidores os pagamentos do repouso semanal remunerado.

Com relação à legislação e jurisprudência aplicadas ao direito processual do trabalho, julgue os itens seguintes.

- 96 Das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderão recorrer, além dos interessados, o presidente do tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.
- 97 No tocante à execução por prestações sucessivas, conforme legislação celetista, quando as prestações forem por prazo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem. Porém, tratando-se de prestações por prazo indeterminado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução.
- 98 No TST cabem embargos, no prazo de oito dias, de decisão não unânime de julgamento que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos tribunais regionais do trabalho, e estender ou rever as sentenças normativas do TST, nos casos previstos em lei.
- 99 Segundo pensamento sedimentado do TST, é indispensável ao processamento da ação rescisória a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda e caso verifique o relator que a parte interessada não a juntou à inicial, extinguirá o feito imediata e sumariamente por falta de pressuposto processual.
- 100 É correto dizer que a ação de cumprimento é o meio processual adequado para a defesa dos interesses ou direitos dos trabalhadores constantes de sentença normativa, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho não cumpridos espontaneamente pelo empregador. Nesse caso, para propositura da referida ação, o pensamento sumulado do TST considera imprescindível o trânsito em julgado da sentença normativa, caso seja este o instrumento motivador da demanda.

Acerca do que dispõe a Lei n.º 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), julgue os itens de **101 a 110**.

- 101 Considere que um motorista conduza o seu veículo por uma rodovia federal e sofra grave acidente: o seu carro capote por três vezes após passar por um buraco na pista causado pela má conservação e falta de sinalização. Nessa situação, a responsabilidade das entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito (SNT) será objetiva.
- 102 O ministro do Meio Ambiente compõe o Conselho Nacional de Trânsito.
- 103 Compete ao Conselho de Trânsito do DF (CONTRANDIFE) responder a consultas relativas à aplicação da legislação e dos procedimentos normativos de trânsito.
- 104 Compete ao Ministério das Cidades a coordenação máxima do SNT, mas o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) será presidido pelo dirigente do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), órgão máximo executivo de trânsito da União.
- 105 Os municípios integram automaticamente o SNT.
- 106 O sinal sonoro de pare, que somente deve ser utilizado em conjunto com os gestos do agente de trânsito, deve ser feito por meio de dois silvos breves.
- 107 Considere que Gustavo conduza o seu veículo à velocidade de 110 km/h, quando a sinalização do local aponta como limite máximo a velocidade de 50 km/h e, de forma culposa, tenha atropelado Maria, que teve lesão corporal leve. Nesse caso, Gustavo deverá responder por crime de lesão corporal culposa, desde que haja representação da vítima.

- 108 Se a representação diplomática de um país estrangeiro for autuada pela prática de infração de trânsito, então nesse caso, a multa não deverá ser aplicada, diante da imunidade diplomática.
- 109 Considere que em operação de fiscalização de trânsito, ocorrida em 10/2/2008, uma motorista tenha sido surpreendida dirigindo com a sua carteira nacional de habilitação (CNH) vencida desde 25/1/2008. Nessa situação, a motorista cometeu infração gravíssima, cuja penalidade prevista é a de multa, seguida de medidas administrativas — recolhimento da CNH e retenção do veículo.
- 110 Considere que Carlos pretenda viajar com seu veículo até a cidade de Lima, capital do Peru. Nessa situação, Carlos não necessitará providenciar licença especial para dirigir o seu veículo naquele país.

Acerca da Lei Orgânica do DF (LODF), julgue os itens seguintes.

- 111 Considere que Joana tenha sido notificada para pagar taxa cobrada em decorrência do poder de polícia, que tenha apresentado recurso administrativo e que tal recurso fora julgado por pessoas que não integram a carreira de auditoria tributária. Nessa situação, não há qualquer irregularidade no julgamento do recurso.
- 112 A Câmara Legislativa do DF (CLDF) tem competência para autorizar, por dois terços dos seus membros, a instauração de processo criminal para julgar crimes comuns praticados pelo governador do DF.
- 113 As regiões administrativas, que são criadas por meio de lei, são administradas por um administrador regional, indicado pelo governador, mas que poderá, na forma da lei, ser escolhido por meio de participação popular.
- 114 Se um deputado distrital for convidado pelo governador do DF para assumir a direção do DETRAN/DF, então nesse caso, se o deputado distrital aceitar o convite, haverá a perda do seu cargo eletivo.
- 115 Aos integrantes da carreira de fiscalização e inspeção é garantida a independência funcional no exercício de suas atribuições, não sendo exigido nível superior de escolaridade para ingresso nessa carreira.
- 116 Não compete à CLDF apreciar e julgar as contas do Tribunal de Contas do DF.
- 117 Previsto na LODF, é objetivo prioritário do DF assegurar a proteção individualizada à vida e à integridade física e psicológica das vítimas e das testemunhas de infrações penais e de seus respectivos familiares.
- 118 O governador do DF poderá extinguir cargos públicos, na forma da lei.
- 119 O governador do DF tem competência para, atendidas as condições e requisitos dispostos na LODF, editar medidas provisórias.
- 120 É vedado ao DF a realização de operações de crédito que excedam ao montante das despesas de capital, mesmo quando autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais pela CLDF.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de **trinta** linhas. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

(é.ti.ca)fil.

sf.

- 1 Parte da filosofia que trata das questões e dos preceitos que se relacionam aos valores morais e à conduta humana.
- 2 Conjunto de princípios, normas e regras que devem ser seguidos para que se estabeleça um comportamento moral exemplar.
[F.: Do lat. ethica.]

Aulete Digital.

Ética no trânsito

Passados os festejos do carnaval, muita brincadeira, folia, muitas bebidas, muitos desrespeitos à norma no trânsito e, como consequência, acidentes com muitas mortes e feridos. Mas, no próximo ano, haverá mais carnaval, mais festas e mais acidentes com mortes e feridos e, no outro ano, haverá carnaval, mais festas, mais...

Até quando vamos presenciar condutas irracionais? Sabe-se que não se deve misturar álcool e direção de veículos, mas muitos misturam. Sabe-se que não é recomendável exceder a velocidade, mas muitos excedem. Sabe-se que não é correto transportar pessoas na parte de carga do veículo, mas muitos transportam.

Por qual razão se desrespeitam tanto as normas de trânsito? Então, chega-se a uma resposta óbvia: falta de ética. Falta de ética? Sim, exatamente a ética, no nosso cotidiano, no nosso dia-a-dia. Quando falamos em ética, temos uma noção do que se trata, mas, efetivamente, temos algumas dificuldades de explicar, pois ela pode ser tão ampla quanto os desejos e anseios do ser humano. Ser ampla no sentido da liberdade do que pensamos e do que fazemos no nosso cotidiano. Muitas vezes, dizemos que fulano ou beltrano não tem ética, que é falta de ética determinada ação de um colega de trabalho, de um político, e assim por diante. Criticamos duramente condutas que reputamos incorretas ou inadequadas em determinadas situações concretas.

E as nossas condutas no trânsito? E por qual razão apontamos as falhas dos outros e esquecemos as nossas? Talvez por ser mais fácil apontar as falhas dos outros do que as nossas. Ética é questão de atitude, é questão do nosso cotidiano, como explica o filósofo australiano Peter Singer: "A ética é um exercício diário, precisa ser praticada no cotidiano. Só assim ela pode afirmar-se em sua plenitude na sociedade. Se uma pessoa não respeita o próximo, não cumpre as regras de convivência, não paga seus impostos ou não obedece às leis de trânsito, ela não é ética. Em um primeiro momento, pequenas infrações isoladas parecem não ter importância. Mas, ao longo do tempo, a moral da comunidade é afetada em todas as suas esferas. Chamo a isso círculo ético. Uma ação interfere na outra, e os valores morais perdem força, vão-se diluindo. Para uma sociedade justa, o círculo ético é essencial" (Revista **Veja**, 21/2/2007).

Devemos pensar e refletir sobre o que queremos para a nossa sociedade. Agir com ética é fundamental, sempre respeitando o nosso semelhante e as normas a todos impostas, incluindo as do trânsito.

Internet: <www.transitobrasil.com.br> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

A obediência às leis de trânsito como um procedimento ético

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

